

REVOLTA MILITAR DE 28 DE MAIO DE 1926

Abílio Pires Lousada

“O Exército não quer assistir ao afundar da Nação, e prepara-se para intervir. As suas intenções são as mais nobres e as mais levantadas, quando querem substituir pela força a fraqueza das pobres elites que nos governam”.

Cunha Leal, 1926

A Grande Guerra e o Fracasso da República Parlamentar

A República parlamentar (1910-1926) saída da insurreição armada desencadeada em Lisboa, a de 5 de outubro de 1910, e a intenção de reformas decorrentes da elaboração da Constituição de 1911, onde a maior «fatia» de poder estava concentrado no Congresso da República, falhou em toda a linha. De facto, a laicização do Estado, a par com um anticlericalismo contraproducente, a republicanização das forças militares do Exército e da Marinha, dando-lhe um cunho mais popular e menos profissional, a liberalização e a alfabetização da sociedade e o desenvolvimento económico não resistiram à instabilidade política provocada pela existência de oito presidentes da República e de governos de matrizes ideológicas diferenciadas, com uma duração média de três meses. E, sobretudo, estilhaçou com a participação militar de Portugal na Grande Guerra.

É difícil perceber a existência de um conceito estratégico republicano para além dos objectivos aduzidos pelo Partido Democrático para fazer de Portugal um beligerante na Grande Guerra. Em tese, os objectivos maiores que justificaram a beligerância portuguesa foram a garantia de soberania dos domínios africanos (nacional e vital), a credibilização internacional da República (estatal e importante) e o controlo da política interna pelo Partido Democrático (partidário e sectorial).

É verdade que no início do conflito Portugal se sentia intimidado nas fronteiras continentais por uma Espanha pró-germânica, ameaçado no Sul de Angola e no Norte de Moçambique pelo projecto de expansão alemão e desconfiado das intenções do Reino Unido relativamente a estes dois territórios africanos. Olhando para os resultados, a suserania portuguesa em África ficou assegurada. Quanto ao proclamado prestígio republicano e a intenção de reservar um lugar de prestígio no concerto das nações sofreu um forte revés com a não inclusão de Portugal no

Comité Executivo da recém-criada Sociedade das Nações; ao contrário da Espanha, que até foi neutral no conflito!

Relativamente aos objectivos «domésticos» e partidários, o fim da guerra revelou-se amargo. Não conseguiu a «União Sagrada» da família republicana, menos ainda a nacional e a do denominado «bom povo republicano». A Nação não se uniu em volta de um ideal patriótico. O Estado comprometeu a sua estabilidade económico-financeira com as despesas decorrentes da participação militar e da crise económica que a acompanhou. Como o esforço militar do país não teve as contrapartidas financeiras previstas, a começar nas indenizações a que a Alemanha foi sujeita, o Estado saiu do conflito empobrecido, endividado e sem recursos.

O resultado foi o aumento das tensões entre a classe política e o corpo de oficiais, com aquela a culpar este pelo fraco desempenho no conflito, por contraponto à generosidade dos soldados, e com os oficiais, revoltados pela obrigação de participarem militarmente num teatro de operações «estranho», a mando de um regime com que não se identificavam, a culparem os políticos pelas humilhações sofridas. E, assim, o regime republicano, depois do golpe de Estado do Major Sidónio Pais, em Dezembro de 1917, da sofrível participação militar na Grande Guerra e da necessidade de combater a Monarquia do Norte, em Janeiro de 1919, deixou de confiar no Exército.

É neste contexto que a partir de 1919 a República faz da GNR o esteio institucional do regime, para onde canalizou um elevado número de efectivos, que equiparou os do próprio Exército. Mediante critérios de republicanismo, praças do Exército foram promovidos a sargentos da GNR e muitos sargentos milicianos a oficiais. Inclusivamente, a corporação foi dotada com baterias de artilharia de campanha e um batalhão de metralhadoras pesadas. O poder e influência política da GNR permitiram, inclusive, que o tenente-coronel Liberato Pinto, seu chefe de Estado-Maior, assumisse a chefia do governo em 1920; ou seja a “*política de Lisboa curvava-se no Carmo*” (Freire Antunes, 1978).

Num espaço de três anos (1919-1922), os índices de instabilidade política atingiram o seu ponto mais alto (14 governos), as elites conservadoras da sociedade, com destaque para as católicas e as monárquicas, reorganizavam-se, e o Exército, atento ao evoluir da conjuntura, «recolheu a quartéis», preocupando-se com a resolução dos problemas que afetavam a instituição, como as novas orientações

para a política de defesa, as questões orçamentais e remuneratórias, o excessivo número de milicianos, a disciplina interna e a coesão institucional. A própria Marinha, tida como esteio da implantação da República, aquiescia do rumo seguido, bem vinculada no lamento do comandante Fernando Pereira da Silva de que “*a Marinha atingiu o zero naval*”.

Entretanto, a calamitosa situação político-social evoluía à medida da sucessão de atentados bombistas, de assassínios na praça pública e mudanças de governo. A própria GNR ia-se tornando parte do problema, devido à ingerência excessiva nos assuntos políticos e pelo carácter arbitrário e brutal das repressões efectuadas. O ponto de ruptura aconteceu na tenebrosa *Noite Sangrenta* de 19 de Outubro de 1921, face à complacência demonstrada (Santos, 1999). Nessa noite, elementos radicais da Marinha e da GNR, executantes de uma suposta junta revolucionária, mataram de forma sumária e gratuita, com a complacência das autoridades, António Granjo, primeiro-ministro demissionário, o almirante Machado Santos e o comandante Carlos da Maia, fautores da implantação da República, entre outros.

O ambiente revolucionário era de tal forma deplorável que a *Ilustração Portuguesa* escreveu:

“As revoluções em Portugal se tornaram periódicas e, como tal, não há razão para que não entrem, como a chuva ou o bom tempo, as festas mudáveis e os dias feriados, nas previsões dos meteorologistas e nos programas do Borda d’Água” (Saraiva, 2004).

Assim, enquanto a GNR vê o seu capital republicano e nacional esvair-se, a nação, no meio da anarquia reinante, olha o Exército como «reserva moral». De tal maneira que no seio do Exército a mudança de regime apresentava-se como inevitável e, em vastos sectores políticos e sociais, desejável.

Os próprios ventos políticos que sopravam da Europa influenciaram o contexto. No pós-guerra, a exacerbação dos nacionalismos, os desmandos sociais, a crise económica e o receio do comunismo moscovita motivaram líderes europeus à formulação de Estados fortes e autoritários e fizeram da nomenclatura militar saída da Grande Guerra os esteios desses regimes: Mussolini em Itália (1922), Kemal Ataturk na Turquia (1922), Primo de Rivera em Espanha (1923); Pilsudski na Polónia (1923); Hindemburgo na Alemanha (1926). Em Portugal, não por acaso a ‘figura de

proa' da revolta militar de 28 maio de 1926 foi o general Gomes da Costa, comandante da 2.^a Divisão na batalha de La Lys.

Medir Sensibilidades e Vontades

O 'ensaio geral' foi efetuado com a falhada revolta militar de 18 de abril de 1925, em Lisboa, instigada pelo coronel Sinel de Cordes e desencadeada pelo comandante Filomeno da Câmara, tenente-coronel Raúl Esteves, major Catarino de Lima e capitão Jaime Baptista, que mobilizaram o Grupo de Artilharia a Cavalo, os Sapadores de Caminhos-de-ferro e Metralhadoras Pesadas. À semelhança da insurreição armada de 5 de Outubro de 1910 e do golpe militar de Sidónio Pais de 7 de Dezembro de 1917, *"montaram acampamento e organizaram posições defensivas no Parque Eduardo VII"* (Faria, 2001). Porém, a Revolta, que proclamava a actuação *"pela honestidade e pelo direito"* e aspirava a congregar todo o Exército, fracassou (Santos, 1990).

No entendimento dos seus autores, porque a revolta foi feita em Lisboa e sem a participação de unidades da província, não acautelou as várias sensibilidades das unidades e dos oficiais envolvidos e a actuação não obedeceu ao cumprimento de um plano detalhado, que garantisse a coordenação de esforços.

Contudo, apesar do 18 de Abril e do julgamento e prisão dos principais implicados, o prestígio do Exército manteve-se incólume como instituição de referência, no qual as facções anti-Partido Democrático depositavam a maior esperança numa regeneração do regime, concretamente os integralistas, os monárquicos e os católicos. Os principais implicados no 18 de Abril foram julgados e presos. Durante o julgamento, o general Óscar Carmona terá clamado: *"a Pátria doente manda acusar e julgar os seus filhos mais dilectos"* (Peres, 1933); enquanto o General Botelho Moniz, escreveu que *"a situação do Exército Português é, quer encarada sob o ponto de vista moral, quer ainda sob o ponto de vista material, absolutamente desoladora. O estado de depressão, miséria e aviltamento a que chegou a força pública justificaria, por si só, mil revoluções"* (Moniz, 1925).

Até maio do ano seguinte, enquanto os implicados do 18 de Abril, entre os quais Sinel de Cordes, Raúl Esteves e Botelho Moniz, urdiam nova intentona a partir da prisão-forte de Elvas, o governo, devido ao disparar da inflação, ao aumento do desemprego, à repressão encetada sobre os anarco-sindicalistas e ao movimento

operário, desbaratou definitivamente a sua base de apoio popular, que tão útil tinha sido nos pronunciamentos anteriores.

No Exército organizava-se nova revolta. A rede era vasta, complexa e compreendia três grupos: 1) grupo «reaccionário-extremista», do general Gomes das Costa, que tinha ligações importantes a unidades da 8.^a Divisão (Braga); 2) grupo republicano anti Partido Democrático, do comandante Mendes Cabeçadas, com influência na 4.^a Divisão, em Lisboa e na região algarvia, contando ainda com a simpatia dos liberais republicanos afetos a Cunha Leal; 3) grupo sidonista-monárquico, participante no 18 de abril, do coronel Sinel de Cordes, tenente-coronel Raúl Esteves e do comandante Filomeno da Câmara, que atraía a confiança da geração de tenentes e capitães (os cadetes de Sidónio), que permitia uma influência tentacular pelas unidades do país, marcava forte «presença» nas Divisões a Norte do Mondego e tinha a simpatia da burguesia e das classes anti partidos republicanos (Antunes, 1978; Telo, 1984)¹.

A convergência de interesses entre os grupos residia na intenção de regenerar politicamente o Estado, devolver a confiança à nação e, como pressuposto para a acção, o não envolvimento de civis e a recusa de interferência partidária.

No princípio de maio de 1926, os grupos procuraram uma ‘figura de proa’ que polarizasse o golpe. Foram sondados os generais Ribeiro de Carvalho (recusou) e Alves Roçadas (morreu em 20 de abril). À primeira vista, era de pressupor que o coronel Sinel de Cordes fosse a cabeça visível do movimento, tanto mais que o seu prestígio castrense era intocável. Mas foi o próprio a excluir-se, percebendo que a identificação da sua figura com o sidonismo e, principalmente, com o ideário monárquico podia emprestar uma indesejável componente ideológica a uma conjura militar que se pretendia «limpa». A importância da escolha de um general prestigiado, que surgisse ao país como o homem providencial, fez recair as atenções em Gomes da Costa, apesar da falta de confiança que lhe votavam Mendes Cabeçadas e o próprio Sinel de Cordes.

¹ É curioso que apesar de a Revolta se iniciar em Braga, era Coimbra que congregava as facções participantes, ponto de união dos conspiradores (Faria, 2001). De Coimbra foram enviados o Tenente Casais para Viseu, onde os militares hesitavam, o tenente Assis para Bragança e a Guarda, para mobilizar os partidários de Sinel e outros oficiais dirigiram-se para o Porto e Lisboa, para angariar apoios (Telo, 1984).

De Braga a Lisboa São Dez Dias de Marcha

Contactado em 17 de Maio para chefiar a revolta, Gomes da Costa só aceitou a 25 (Campinos, 1975), partindo para o Porto; aí conferenciou com oficiais de várias unidades, ficando a saber que o comandante da 3.^a Divisão, General Sousa Dias, se opunha ao golpe. A 27 está em Braga onde, por coincidência?! decorria o Congresso Mariano, preparado pela Igreja e que contava com a presença de todo o Episcopado. Como se constata, o golpe que conduziu à queda da 1.^a República tem a sua génese na mais católica e conservadora das cidades portuguesas, para onde confluíram Exército e Padroado², os dois inimigos grados da 1.^a República.

Nesta cidade, Gomes da Costa iniciou de imediato contactos com os conspiradores do Regimento de Infantaria 8 e Regimento de Cavalaria 3 (Braga), decidindo-se que a acção seria desencadeada às 06 horas do dia seguinte. Acertou-se ainda a participação: do Regimento de Cavalaria 11, do Distrito de Recrutamento, da Inspecção de Infantaria, do Recenseamento de Animais e Veículos, do Quartel-General e do Batalhão 6 da Guarda Nacional Republicana, unidades de Braga; do Regimento de Infantaria 3, do Grupo de Artilharia de Montanha N.º 1 e do Distrito de Recrutamento, de Viana do Castelo; do 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 3 e do 8.º Grupo de Metralhadoras, de Valença; do Regimento de Infantaria 20 e do Distrito de Recrutamento, de Guimarães (Antunes, 1978).

Como pressuposto para o sucesso era imperioso que Braga fosse totalmente controlada, que os comandantes das unidades aderentes do Porto isolassem esta cidade e anulassem qualquer resistência (Wheeler, 1978) e que as outras unidades de província aderissem, de modo a permitir que o movimento rumasse a Lisboa (Telo, 1984).

Antecipando a hora marcada, o Regimento de Infantaria 8 iniciou as acções às 4h30m, pondo termo a indefinições, seguida das outras unidades.

Contra esta movimentação de tropas reagiu o comandante da Divisão de Braga, General Domingos Peres, que organizou no Alto Minho um destacamento militar (Campinos, 1975). No Porto, o comandante da 3.^a Divisão formou uma coluna que, comandada pelo Coronel David Rodrigues, se dirigiu para Braga para se opor a Gomes da Costa. O Governo de José Maria da Silva, que tomou conhecimento do

² Ao longo do dia 28, enquanto o grupo de Gomes da Costa tomava o controlo de Braga e os militares punham flores nos canos das espingardas e se associavam à Procissão das Velas, “os católicos (...) exclamavam no Congresso (...): «agora é que isto vai entrar nos eixos!»” (Antunes, 1978).

golpe ainda no dia 27, procurou, com essas forças, «matá-lo» à partida. Contudo, enquanto as forças governamentais da 8.^a Divisão se revelaram impotentes para fazer face aos pronunciados, rendendo-se, a coluna do Coronel David Rodrigues juntou as suas forças às do adversário³.

De tal forma que, ainda a 28, Gomes da Costa, com a Guarnição Militar de Braga controlada, preparou-se para marchar para o Porto.

Em Lisboa, Mendes Cabeçadas, ao saber do andamento das operações em Braga, manobrou no sentido de centralizar na sua pessoa os acontecimentos, aproveitando a postura discreta de Sinel. Assim, ao mesmo tempo que deu instruções aos seus «partidários» para apoiarem as forças de Gomes da Costa, instou o Presidente da República, Bernardino Machado, na tarde do dia 28, a substituir o Governo por um extra-partidário, mais conforme com os desígnios da República. Depois, dada “*a paralisia da guarnição de Lisboa*”, retirou-se com o Comandante Gama Ochoa para Coimbra, para tomar o controlo dos acontecimentos no Centro do País (Telo, 1980-1984).

Dada a fraca vontade das forças governamentais tecerem armas contra os revoltosos, que ainda constituíram um contingente através dos Regimentos de Infantaria 1, Cavalaria 2, Artilharia 3 e Artilharia a Cavalo para ocuparem posições no Alto da ajuda e na serra da Carregueira (Rodrigues, 2002-2003), da população não se disponibilizar no apoio ao Governo e verificando que a maior parte das unidades manifestavam o apoio a Gomes da Costa, o Governo Democrático de José Maria da Silva percebeu a sua incapacidade em contrariar a marcha dos acontecimentos.

No dia 29, Bernardino Machado tentou um último ‘golpe de asa’, entregou a chefia do Governo a Mendes Cabeçadas, pensando assim ganhar tempo e dividir as forças sublevadas (Antunes, 1978).

Informado da tomada do poder por Mendes cabeçadas, Gomes da Costa, que a 30 de Maio chegou com as suas forças ao Porto, depois de garantido o apoio das Divisões Militares de Coimbra e Tomar, sentiu-se traído.

³ Segundo testemunho escrito do próprio, David Rodrigues marchou à frente de duas colunas militares constituídas por infantaria, cavalaria, artilharia e metralhadoras, num total de cerca de 2.000 homens para travar o avanço de Gomes da Costa, que contaria com efectivos substancialmente menores. Contudo, o Coronel apercebeu-se da fraca motivação dos seus homens em fazer fogo sobre camaradas, quaisquer que fossem as circunstâncias (Rodrigues, 2002-2003).

Entretanto, o grupo de Sinel movimentou as suas «peças» no sentido de «empalmar» os dois grupos: Filomeno da Câmara foi enviado para o Porto, a 29, para aí mover as suas influências nas unidades em prol da causa de Gomes da Costa e, ao mesmo tempo, vigiar o volúvel General, tornando-se seu conselheiro; nesse mesmo dia, Raúl Esteves foi a Elvas dar indicações ao General Carmona para tomar o comando das tropas da 4.^a Divisão, dirigindo-se depois para o Entroncamento, onde estava o comando do destacamento de forças organizado por Mouzinho de Albuquerque e Passos de Sousa; um destacamento avançou do entroncamento até Santarém; a 30, Carmona sublevou a Guarnição de Elvas, tomou o comando das tropas da 4.^a Divisão e, a 31, marchou para Vendas Novas, onde montou um estacionamento (Costa, 1979; Telo, 1984).

Como se constata, Sinel de Cordes acompanhou a marcha de Gomes da Costa para Sul, teve sob controlo as forças de Cabeçadas no Centro e, a partir do Sul, vigiou as movimentações de Cabeçadas e pressionou as forças ainda fiéis ao Governo.

Dada a discrição de Sinel, os homens do momento eram ainda Gomes da Costa, no campo operacional, e Cabeçadas, na actuação política. Entre 31 de Maio e 1 de Junho, enquanto Bernardino Machado, impotente, abandonou a Presidência e Cabeçadas assumiu o poder, Gomes da Costa, que marchava para Coimbra, desautoriza as decisões tomadas em Lisboa, telegrafando para as forças estacionadas no entroncamento o seguinte: *“o Governo de Lisboa não merece confiança e atração o espírito do movimento do exército. Recuso obedecer a ele. A 2.^a, 3.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a divisões solidárias comigo. Vou iniciar marcha para Lisboa rapidamente (...)”* (Nunes, 1928).

Entretanto, convoca Cabeçadas para um encontro na cidade do Mondego (Costa, 1979). Aí assinam um compromisso, de que resultou um acordo de governo «triúnviro» (Cabeçadas, Gomes da Costa e Ochoa)⁴. Mas, o General não concorda com a distribuição das pastas e, enquanto Cabeçadas regressa a Lisboa, avançou para Sacavém, à frente de um contingente exclusivamente militar, composto por 15 000 homens (Antunes, 1978).

⁴ Cabeçadas ficava com a Presidência do conselho de Ministros e as pastas da Marinha, Finanças e Justiça; Gomes da Costa tornava-se Ministro da Guerra, das Colónias e da Agricultura; Ochoa ficava com os Ministérios do Interior, estrangeiros e Comércio. Gomes da Costa e Gama Ochoa não se dignaram dirigir-se a Lisboa para tomar posse.

Os desentendimentos são uma constante, verificando-se dois projectos irreconciliáveis: o de Cabeçadas, que pretendia manter o sistema regenerando a República, e o de Sinel de Cordes, que preconizava uma ditadura de um governo conservador, em que o exército seria «o fiel da balança», o que não desagradava a Gomes da Costa. Para viabilizar este projecto, tornava-se necessário afastar Mendes Cabeçadas, pelo que o grupo de Sinel juntou esforços ao de Gomes da Costa (Telo, 1984).

A 3 de Junho, Gomes da Costa estaciona em Sacavém e conferencia de novo com Cabeçadas, procedendo a alterações nas pastas governamentais; substituíram Ochoa por Carmona no triunvirato⁵. Entretanto, “*no meio desta tranquilidade de espíritos, os (...) destacamentos das diversas divisões militares iam avançando em direcção à capital e de forma a deixar antever que pretendiam envolver Lisboa com uma autêntica muralha de ferro*” (Rodrigues, 2002-2003). Gomes da Costa anunciou, então, que entraria em Lisboa no dia 6, o que aconteceu, descendo a Avenida montado num cavalo branco ao longo da qual recebe as aclamações populares (Rodrigues, 2002-2003).

O novo governo tomou posse a 7 de Junho, continuando a desenhar-se as contradições das facções, o que originou «assassinatos» políticos. Primeiro por Gomes da Costa, em 17 de Junho, que afastou o Comandante Mendes Cabeçadas do Governo, acusando-o de pretender partidarizar o sistema em moldes republicanos e de perturbar o “*grande movimento nacional revolucionário do 28 de Maio*”, coagindo-o com a colocação das tropas vindas de Sacavém (*forças de Infantaria 23 e 24, Artilharia 2 e 3*) em diversos locais periféricos de Lisboa⁶.

Tratava-se de um projecto que vingaria, mas com outros protagonistas. De facto, a Cabeçadas seguiu-se o afastamento do próprio Gomes da Costa, quando já cingia a chefia do governo com a Presidência, a 9 de Julho, através de um golpe de força da dupla Sinel-Carmona, acusando-o de inépcia política, de extremista e de entravar a estabilidade social do País. Gomes da Costa ainda tentou o apoio das

⁵ Cabeçadas assumiu a chefia do governo e o Ministério do Interior; Gomes da Costa era Ministro da Guerra e Colónias; Carmona ficava com a pasta dos Estrangeiros; Jaime Afreixo substituiu Ochôa na Marinha; nas Finanças aparecia, pela primeira vez, Oliveira Salazar que, no entanto, não tomou posse, alegando razões de saúde.

⁶ Em concreto, na Alameda das Linhas de Torres, Campo de Santana, Rotunda, Alto da Penitenciária, Torel, Campolide, Penha de França (Nunes, 1928; Rodrigues, 2002-2003). Para o general da Flandres, recuperar a Constituição de 1911 era inaceitável, pois preconizava a formação de “*um Governo Nacional Militar*” (Santos, 1990).

unidades de Lisboa para lhe sustentarem o poder (Carrilho, 1985), mas tinha perdido o apoio dos seus pares ao afastar do Governo Carmona e Ochoa. Foi-lhe dada voz de prisão, ficando retido no Palácio de Belém à guarda de tropas da 1.^a Divisão, de onde transitou para Caxias, sendo, de seguida, exilado nos Açores⁷.

Na verdade, Gomes da Costa tornara-se um empecilho para a nova «nomenclatura» do poder; o velho General constituiu “(...) *apenas o instrumento das forças que o controlavam, que o escolheram e se serviram dele para alcançar o poder*” (Madureira, 1982).

Ditadura militar

Portanto, a 11 de Julho estava concluído o processo iniciado em Braga, a 28 de Maio. Vencedores em toda a linha foram Sinel de Cordes, entretanto promovido a General e que sobraçou a importante pasta das finanças, e o general Óscar Carmona, que foi escolhido para a Presidência da República. Desta forma, o 28 de Maio viabilizava o governo da Nação com o poder escorado nas baionetas, algo que fora intentado pelo General Pimenta de Castro (1915) e pelo Major Sidónio Pais (1918). Dessa fórmula resultou a ditadura militar, onde o Exército, mais do que bastião do Estado, representava o próprio Estado.

Mas, como se percebe pela descrição dos acontecimentos, o 28 de Maio não nasceu de ‘geração espontânea’, não foi um simples passeio militar de Braga a Lisboa, nem instaurou, sem sobressaltos, uma ditadura militar, ao contrário do que por vezes se julga.

Do mesmo modo, a Ditadura Militar revelou-se incapaz, nos primeiros anos, de aplacar a instabilidade social e resolver os graves problemas financeiros do País, situação que, até ao início de 1930, esvaiu a reputação inicial do novo regime. De facto, “*a ordem pública foi duramente abalada pelos motins, no Porto e em Lisboa, em Fevereiro de 1927, e que foram mais dispendiosas em vidas humanas que tudo os que os precedera*” (Campinos, 1975), não contando com outras insurreições violentas que obrigaram à intervenção do Exército.

Quanto aos problemas financeiros da Nação, Sinel de Cordes revelou-se incapaz de os resolver, obrigando Carmona a recorrer à competência de um académico. A 27 de Abril de 1928, Oliveira Salazar ocupou o cargo de Ministro das

⁷ A prisão ocorreu por Gomes da Costa não ter aceitado ficar como Presidente da República sem pastas governamentais, incluindo a chefia do governo.

Finanças e o sucesso alcançado conduziu-o, quatro anos depois, a Presidente do Conselho; iniciava-se uma nova era em Portugal, com Salazar a efectuar a transição para a Ditadura do Estado Novo, inaugurada com a Constituição de 1933.

Fontes Bibliográficas

- ANTUNES, José Freire (1978) – *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- CAMPINOS, Joaquim Jorge de Pinho (1975) – *A Ditadura Militar 1926-1933*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CARRILHO, Maria (1985) – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- COSTA, Eduardo Freitas da (1979) – *História do 28 de Maio*. Lisboa: Edições do Templo.
- FARIA, Carlos Fernando Nunes (2001) – “Forças Armadas e Poder Político em Portugal: 1926-1928”. In *Revista Militar*, nº 2395-2396, Agosto/Setembro, I Parte.
- MADUREIRA, Arnaldo (1982) – *28 de Maio. Elementos para a sua Compreensão*. Lisboa: Editorial Presença.
- MONIZ, Jorge Botelho (1925) – *O 18 de Abril – Elementos para a História d’uma Revolução Vencida*.
- NUNES, Leopoldo (1928) – *A Ditadura Militar*. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 2.^a edição.
- PERES, Damião (1933) – *História de Portugal*. Barcelos: Edição Monumental da Portucalense Editora, Vol. VII.
- RODRIGUES, David (2002-2003) – “Memórias do 28 de Maio”. In *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Lisboa. 65.º Volume.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos (1999) – *O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SARAIVA, José Hermano (2004) – *História de Portugal. A Primeira República – Do 5 de Outubro à Crise Partidária*. Matosinhos: QuidNovi, Vol. VIII.

- TELO, António José (1980-84) – *Decadência e Queda da 1.^a República Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 2.º vol.
- WHLEER, Douglas L. (1978) – *História Política de Portugal, 1910-1926*. Lisboa: Publicações Europa-América.